

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

Viçosa/MG
Março / 2023



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – IPREVI

Viçosa/MG
Março / 2023



Gestor responsável pela entidade

EDIVALDO ANTONIO DA SILVA ARAUJO

CPF: 983.642.866-68

Integrantes do Controle Interno

CÁSSIA MARIA LOPES SALGADO

CPF: 332.946.586-72

SEBASTIÃO ADILSON FRANCO

CPF: 805.040.946-53

DÊNIO JOSÉ VIANA

CPF: 423.584.426-15



Índice

1. Apresentação
2. Introdução
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária.
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira
6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial
7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar.
8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.
9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do fundo próprio de previdência foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos. Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, inclusive de exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e do patrocinador.
11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.
12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuária.
13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do

número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

15. Atendimento aos artigos 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS nº 4.992/99/ Artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS 402/2008.

16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da IN nº 09/2008.

17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.

18. Informação do valor do déficit do Instituto.

19. Informação dos valores recebidos da Prefeitura, Câmara, IMAS, SAAE e IPREVI.

20. Conclusão.



3

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigos 63 a 66 da Lei Complementar nº 10/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2008 do TCE/MG, ao artigo 66 da Lei Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2022.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2022 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

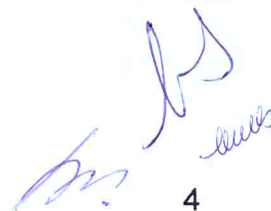
Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2022, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros.



Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar que a meta atingida foi a meta proposta.

Também se considerou a arrecadação das receitas previstas do Instituto como suficiente para realizar todos os programas/ações definidos no PPA, embora ter havido a necessidade de recebimento dos repasses para cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro, foram efetuados de forma eficiente a fim cumprir com as obrigações das despesas do Fundo no prazo estabelecido.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando desta forma a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO								
EXERCÍCIO DE 2022								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		% REALIZADO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO ATUALIZADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X			50.000,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO DO PASEP - FF	X		X			2.000,00	577,50	28,90
MANUT. DOS PROVENTOS APOSENTADORIAS - FP	X		X			1.428.000,00	1.170.244,88	103,70
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FP	X		X			300.000,00	211.000,92	70,33
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FP	X		X			50.000,00	6.872,65	13,75
RESERVAS	X		X			6.193.000,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO PASEP - FP	X		X			107.000,00	94.042,25	98,99
SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X			16.000,00	6.756,98	42,23
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - FP	X		X			6.000,00	2.522,80	15,77

5
Lemos

ADEQUAÇÕES E REPAROS NA SEDE DO INSTITUTO - FP	X		X		242.000,00	11.130,00	5,98
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - FP	X		X		150.000,00	167.089,13	111,40
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FP	X		X		512.000,00	446.252,09	91,11
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - FP	X		X		47.260,00	20.976,40	190,69
MANUT. DO COMITÊ E CONSELHOS - FP	X		X		43.000,00	30.081,47	94,00
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - FP	X		X		71.000,00	56.079,71	186,90
HOMENGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FP	X		X		5.000,00	989,06	19,80
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS AOS SERVIDORES - FP	X		X		3.000,00	0,00	0,00
DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTITUCIONAL - FP	X		X		11.000,00	7.987,22	72,61
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA -	X		X		12.000,00	5.684,94	47,40
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PRÓ-GESTÃO	X		X		20.000,00	0,00	0,00
PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X		50.000,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO DO PASEP - FP	X		X		3.000,00	305,66	10,20
MANUT. DOS PROVENTOS APOSENTADORIAS - FF	X		X		25.932.000,00	24.955.317,44	96,33
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FF	X		X		3.365.000,00	3.212.930,75	95,48
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FF	X		X		3.000,00	2.487,72	12,44
RECOLHIMENTO PASEP - FF	X		X		100.000,00	83.401,46	98,12
SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X		14.000,00	6.368,71	45,49
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - FF	X		X		10.000,00	2.237,20	15,98
ADEQUAÇÕES E REPAROS NA SEDE DO INSTITUTO - FF	X		X		164.000,00	9.870,00	6,02
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - FF	X		X		220.000,00	147.458,16	105,30
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FF	X				466.000,00	393.783,00	91,20
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - FF	X		X		35.740,00	18.609,45	206,77
MANUT. DO COMITÊ E CONSELHOS - FF	X		X		40.000,00	26.676,02	88,90
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - FF	X		X		60.000,00	46.658,02	166,60

6

HOMENGENS, RECEPÇÕES E FESTIBVIDADES - FF	X		X		4.000,00	877,08	21,90
DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTITUCIONAL - FP	X		X		9.000,00	7.083,01	78,70
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA -	X		X		15.000,00	5.041,40	50,40
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PRÓ-GESTÃO	X		X		9.000,00	0,00	0,00

As ações executadas pelo Instituto Municipal de Previdência no exercício de 2022 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de aposentadorias, pensões, bem como as despesas com manutenção administrativa.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios dos segurados, equacionando-as com os recursos disponíveis no Instituto.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA, para o exercício financeiro de 2022, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº. 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria nº 163/01 Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal n.º 2.941 de 29 de dezembro de 2021**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes neste Instituto e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;

- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A fixação da reserva orçamentária;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Instituto foi, portanto, estimada em R\$ 17.840.000,00 (dezesete milhões, oitocentos e quarenta mil reais) e a despesa foi fixada em R\$ 39.400.000,00 (trinta e nove milhões quatrocentos mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 02

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2022			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	17.840.000,00	Despesas Correntes	32.549.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	358.000,00
Repasse a Receber	0,00	Reserva Orçamentária do RPPS	6.493.000,00
TOTAL	17.840.000,00	TOTAL	39.400.000,00

A proposta orçamentária do Instituto foi apresentada com desequilíbrio decorrente da insuficiência financeiras do Fundo Financeiro devido às receitas não serem suficientes para arcar com despesas do Plano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 3

2022					
FUNDO	DR	RECEITAS	DR	DESPESAS	DIFERENÇA
FP	103	R\$ 8.023.000,00	103	R\$ 8.023.000,00	R\$ 0,00
	105	R\$ 1.077.000,00	105	R\$ 1.077.000,00	R\$ 0,00
FF	104	R\$ 7.783.000,00	104	R\$ 29.343.000,00	-R\$ 21.560.000,00
	105	R\$ 957.000,00	105	R\$ 957.000,00	R\$ 0,00
-	-	R\$ 17.840.000,00	-	R\$ 39.400.000,00	-R\$ 21.560.000,00

A diferença estimada apresentada na LOA do exercício de 2022 será repassada ao Instituto pelo Poder Executivo – Administração Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo de acordo com o levantamento mensal das receitas e despesas previdenciárias de cada Órgão. O quadro a seguir demonstra a estimativa de repasse por Órgão Municipal que apresenta déficit financeiro.

in *ps*
8

Quadro 4

ÓRGÃO	PREVISÃO DE REPASSE
PMV	-R\$ 18.476.920,00
SAAE	-R\$ 2.802.800,00
CMV	-R\$ 280.280,00
TOTAL	-R\$ 21.560.000,00

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentam insuficiências financeiras, portanto, não apresentam programação de transferência financeira para cobertura da insuficiência financeira.

4.2. Do Orçamento

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, os quais foram encaminhados ao Poder Executivo para consolidação.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Instituto.

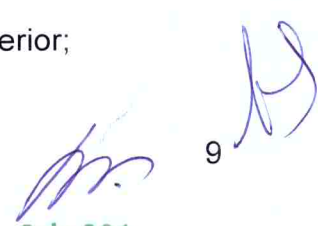
A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nestes aspectos, a programação financeira – receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2022;

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2022;



Depois de elaboradas a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho deste Instituto em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 05

RECEITA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	SALDO (R\$)
Receitas Correntes (I)	17.840.000,00	17.840.000,00	17.192.810,83	-647.189,17
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (IV) = (I+II+III)	17.840.000,00	17.840.000,00	17.192.810,83	-647.189,17
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (VI) = (IV + V)	17.840.000,00	17.840.000,00	17.192.810,83	-647.189,17
Déficit (VII)			-15.222.694,36	
TOTAL (VIII) - (VI + VII)	17.840.000,00	17.840.000,00	32.415.505,19	-647.189,17

DESPESA						
TÍTULOS	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes (IX)	32.549.000,00	33.282.000,00	32.410.745,19	31.754.868,83	31.152.633,08	871.254,81
Despesas de Capital (X)	358.000,00	332.000,00	4.760,00	4.760,00	4.760,00	327.240,00
Reservas	6.493.000,00	6.193.000,00	0,00	0,00	0,00	6.193.000,00
Subtotal das Despesas	39.400.000,00	39.807.000,00	32.415.505,19	31.759.628,83	31.157.393,08	7.391.494,81
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento	39.400.000,00	39.807.000,00	32.415.505,19	31.759.628,83	31.157.393,08	7.391.494,81
Superávit						
TOTAL	39.400.000,00	39.807.000,00	32.415.505,19	31.759.628,83	31.157.393,08	7.391.494,81

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$17.840.000,00 (dezesete milhões oitocentos e quarenta mil reais) e efetivamente a arrecadação totalizou o montante de R\$ 17.192.810,83 (dezesete milhões cento e noventa e dois mil, oitocentos e dez reais e oitenta e três centavos) que representa 96,37% do total estimado, ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no Instituto no valor de R\$647.189,17 (seiscentos e quarenta e sete mil cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos). O valor fixado da despesa para o exercício foi de R\$ 39.400.000,00 (trinta e nove milhões quatrocentos mil reais) e a execução da despesa totalizou em R\$ 31.152.633,08 (trinta e um milhões cento e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e três reais e oito centavos), apresentando uma diferença de R\$ 7.391.494,81 (sete milhões trezentos e noventa e um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). Dessa forma foi apurando um déficit de R\$ 15.222.694,36 (quinze milhões duzentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos).

4.4. Taxa de Administração

Quadro 06

TÍTULOS		R\$ / %
2021	Base de Cálculo: Valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao IPREVI, referente ao exercício financeiro anterior (A)	R\$ 93.880.922,69
2022	Limite máximo permitido	2,00%
	Valor máximo para gastos com a taxa de administração em 2022	R\$ 1.877.618,45
	Despesas Administrativas do IPREVI de 2022 (B)	R\$ 1.597.655,56
	Percentual de Gastos com a Taxa de Administração 2022 (B/A)	1,70%

Conforme determina o inciso I, do art. 15, da Portaria MPAS nº 402 de 10/12/2008, que regulamentou a Lei nº 9.717/1999, § 1º do art. 148 da Lei Municipal nº 2.366/2014 e art. 2º da Lei Municipal nº 2.800/2020 foi observado que o limite máximo da taxa de administração é de 2% (dois por cento) em relação ao total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

As despesas custeadas com a taxa de administração observaram a orientação do Ministério da Previdência que esclareceu que podem ser custeadas pela taxa de administração todas as despesas administrativas, ou seja, aquelas que representam os gastos para a gestão do RPPS, beneficiando todas as fases do seu objeto social, tais como as despesas com pessoal, utilidades e serviços, despesas gerais e taxas. No exercício de 2022 o percentual despendido foi de 1,70%, respeitando o limite de 2%.

4.5. Créditos Adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal do Brasil e respeitam o limite autorizado na Lei nº 2.941/2021 – Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022 que é até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante no orçamento, que corresponde a R\$ 11.820.000,00. Os créditos adicionais atingiram o valor de R\$ 903.500,00, foi utilizado à anulação como fonte de recursos e o montante representa 2,29% (nove vírgula zero oito por cento) do valor do orçamento para o exercício de 2022.

Quadro 07

CRÉDITOS ADICIONAIS		
BASE DE CÁLCULO	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS	CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
R\$ 39.400.000,00	R\$ 11.820.000,00	R\$ 903.500,00
100,00%	30,00%	2,29%

Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 08

DATA	Nº DECRETO	SUPLEMENTAR	FONTE DE RECURSO
04/02/2022	5735	R\$ 365.000,00	SUPERÁVIT FINANCEIRO
		R\$ 300.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
22/08/2022	5790	R\$ 22.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
15/09/2022	5798	R\$ 26.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES EM OUTRO ÓRGÃO - PMV
29/09/2022	5804	R\$ 50.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
03/10/2022	5807	R\$ 27.500,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
20/10/2022	5810	R\$ 16.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES EM OUTRO ÓRGÃO - PMV
29/11/2022	5821	R\$ 97.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

4.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

Quadro 09

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2020, 2021 e 2022								
EXERCÍCIOS	2020		2021			2022		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	20.844.068,40	100,00	15.843.895,31	-23,99	100,00	17.192.810,83	8,51	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.844.068,40	100,00	15.843.895,31	-23,99	100,00	17.192.810,83	8,51	100,00

Constatou-se que as receitas correntes participaram com 100% (cem por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital o percentual de 0,00% (zero por cento). Ressalta-se que houve decréscimo na arrecadação das receitas em 2021 em relação a 2020. As principais receitas que contribuíram para a diminuição da arrecadação no exercício de 2021 em relação a 2020 foram remuneração dos recursos que teve um valor projetado no orçamento de R\$ 5.100.000,00 e foi arrecadado R\$ 57.077,48 decorrente da mudança na contabilização dos rendimentos na qual os rendimentos mensais foram lançados como

variação patrimonial aumentativa quando positivo e variação patrimonial diminutiva quando negativo e a receita orçamentária da remuneração dos investimentos foi registrada no momento do resgate da aplicação, cujo resgate ocorreu com ganho; e compensação financeira que foi estimada em R\$ 2.885.000,00 e arrecadado R\$ 376.343,62.

Em 2022 a receita referente à remuneração dos recursos foi projetada de acordo com as mudanças ocorridas na forma de contabilização, com isso, a receita total arrecadada no exercício foi superior à arrecadada em 2021.

4.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 10

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2020, 2021 e 2022								
EXERCÍCIOS	2020		2021			2022		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	24.574.765,58	99,97	31.795.753,39	29,38	99,92	31.152.633,08	-2,02	99,98
Despesa de Capital	7.119,71	0,03	24.211,90	240,07	0,08	4.760,00	-80,34	0,02
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.581.885,29	100,00	31.819.965,29	29,44	100,00	31.157.393,08	-2,08	100,00

Diante do demonstrado, pode-se constatar que houve um acréscimo de 29,38% nas despesas no exercício de 2021 em relação a 2020 que se justifica, principalmente, em razão dos 55 benefícios concedidos no exercício e ainda pelos reajustes nos proventos e pensões e nos contratos de prestadores de serviços. Já em 2022 as despesas diminuíram relação ao período anterior na ordem de 2,08%. Isto se justifica por ter havido uma diminuição nas concessões de novos benefícios, que em 2022 somaram 29 concessões e uma redução dos benefícios já concedidos.

4.8. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária do RPPS é composta pelos ingressos previstos no exercício que ultrapassam as despesas fixadas, ou seja, são as receitas estimadas sem a expectativa de realização no ano corrente e é destinada a garantir desembolsos futuros. Isso ocorre quando a receita estimada é superior às despesas fixadas para o exercício. A reserva orçamentária foi estimada para o Fundo Previdenciário do Instituto no valor de R\$ 6.493.000,00 (seis milhões quatrocentos e noventa e três mil reais), no entanto, foi anulado o montante de

R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para suplementação de outras dotações orçamentárias para pagamento de benefícios do Fundo Previdenciário do Instituto.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2022, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2022 assim se processou:

Quadro 11

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2022					
INGRESSOS (R\$)	ATUAL	ANTERIOR	DISPÊNDIOS (R\$)	ATUAL	ANTERIOR
Orçamentários	17.192.810,83	15.843.895,31	Orçamentários	32.415.505,19	31.830.561,14
Transferência Finan. Recebidas	21.744.212,65	22.590.288,42	Transferência Financ. Concedidas	0,00	0,00
Extra Orçamentários	19.447.447,54	12.285.622,03	Extra Orçamentários	12.738.924,39	16.208.747,99
Disponível no Período Anterior	71.116.410,69	68.435.914,06	Disponível Período Seguinte	84.346.452,13	71.116.410,69
TOTAL	129.500.881,71	119.155.719,82	TOTAL	129.500.881,71	119.155.719,82

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Foram feitas retenções, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra orçamentária e o produto repassado ao Órgão competente;
- As aplicações financeiras foram efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e os rendimentos positivos foram registrados como Variação Patrimonial Aumentativas e os rendimentos negativos foram registrados como Variação Patrimonial Negativa e os resgates efetuados com lucros foram lançados como receita orçamentária patrimonial;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir as metas mensais de arrecadação, onde pode ser observado o valor realizado em relação ao valor previsto.

Quadro 12

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO			
2022			
MÊS	PROJETADA	REALIZADA	%
JANEIRO	R\$ 2.384.700,00	R\$ 3.380.927,35	141,78%
FEVEREIRO	R\$ 1.317.400,00	R\$ 1.240.023,79	94,13%
MARÇO	R\$ 1.333.400,00	R\$ 1.248.652,13	93,64%
ABRIL	R\$ 1.353.400,00	R\$ 1.279.493,84	94,54%
MAIO	R\$ 1.375.400,00	R\$ 1.324.410,51	96,29%
JUNHO	R\$ 1.380.400,00	R\$ 1.280.837,15	92,79%
JULHO	R\$ 1.397.700,00	R\$ 1.296.257,03	92,74%
AGOSTO	R\$ 1.402.700,00	R\$ 1.308.968,63	93,32%
SETEMBRO	R\$ 1.407.900,00	R\$ 1.423.283,25	101,09%
OUTUBRO	R\$ 1.417.900,00	R\$ 1.306.563,46	92,15%
NOVEMBRO	R\$ 1.436.300,00	R\$ 1.284.517,70	89,43%
DEZEMBRO	R\$ 1.632.800,00	R\$ 818.875,99	50,15%
TOTAL	R\$ 17.840.000,00	R\$ 17.192.810,83	96,37%

As metas de arrecadação foram distribuídas com base na média de arrecadação mensal dos exercícios anteriores. As receitas arrecadadas atingiram 96,37% da previsão realizada para o exercício de 2022. Dessa forma, pode ser constatado que o planejamento foi acertado em relação ao que de fato arrecadou-se.

5.2. Disponibilidade de caixa

As disponibilidades de caixa do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa foram depositadas somente em bancos de primeira linha, permanecendo depositadas em contas separadas das disponibilidades do Ente e sendo aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido feitas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

Ressalta-se que os investimentos foram efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos para o exercício e devidamente registrada na Secretaria de Previdência Social.

Demonstração dos saldos bancários Dezembro de 2022

- ✓ Disponibilidades Financeiras: R\$ 349.578,03
- ✓ Investimentos e Aplicações: R\$ 83.996.874,10
- ✓ Total dos recursos: R\$ 84.346.452,13

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

O Comparativo Patrimonial demonstra a posição patrimonial do Instituto no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial – patrimônio líquido, comparando-se as movimentações patrimoniais entre os exercícios de 2021 e 2022.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2021 e 2022					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2021(R\$)	2022(R\$)	TÍTULOS	2021(R\$)	2022(R\$)
Circulante	74.474.632,78	87.365.250,67	Circulante	128.323,71	608.143,77
Não Circulante	1.729.861,87	1.735.601,87	Não Circulante	72.155.781,08	86.033.263,62
			Patrimônio Líquido	3.920.389,86	2.459.445,15
TOTAL DO ATIVO	76.204.494,65	89.100.852,54	TOTAL DO PASSIVO	76.204.494,65	89.100.852,54

Ativo Circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa - não constam valores em caixa, ou seja, disponibilidade de valores em espécie, conforme, verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2022; os saldos bancários das contas movimento conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2022; no valor de R\$ 349.578,03 (Trezentos e quarenta e nove mil e quinhentos e setenta e oito mil e três centavos).
- Créditos a Curto prazo – refere-se as contribuições previdenciárias do exercício de 2022 que não foram arrecadadas no próprio exercício cujo montante apurado é de R\$

3.007.495,22 (Três milhões sete mil quatrocentos e noventa e cinco mil e vinte e dois centavos).

- Investimentos e aplicações – refere-se ao saldo das aplicações no valor de R\$ 83.996.874,10 (Oitenta e três milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e dez centavos) devidamente conciliados em 31/12/2022.
- Estoque – Refere-se aos bens de consumo que encontram-se no almoxarifado do Instituto no valor de R\$ 11.303,32 (onze mil trezentos e três reais e trinta e dois centavos). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do almoxarifado estão em bom estado de conservação, podendo nelas ser armazenado o estoque.

Ativo Não Circulante

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2022, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.

Passivo Circulante

- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais refere-se aos benefícios de aposentadorias e pensões, bem como as obrigações patronais da competência de dezembro de 2022 que serão pagas no exercício de 2023 e somam o valor de R\$ 599.955,70 (Quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).
- Contas a Pagar – Referem-se a fornecedores e prestações de serviços cujo valor é de R\$ 2.280,05 (Dois mil duzentos e oitenta reais e cinco centavos).
- Demais obrigações – Refere-se aos saldos de consignação e conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo no valor de R\$ 5.908,02 (Cinco mil novecentos e oito reais e dois centavos).

Passivo Não Circulante

- Os saldos demonstrados no Balanço Patrimonial e na Avaliação Atuarial do exercício de 2022 estão em igualdade de valores, no montante de R\$ 86.033.263,62 (Oitenta e seis

milhões trinta e três mil duzentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) referentes às Provisões Matemáticas Previdenciárias.

Saldo Patrimonial

Em 2022, apurou-se um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 2.459.445,15 (Dois milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimonial

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2022

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL (R\$)	EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO ATUAL (R\$)	EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)
Contribuições	19.573.792,63	18.720.458,89	Pessoal e Encargos	814.339,64	840.177,83
Variações Patrim. Aument. Financeiras	0,00	4.254,68	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.147.192,36	30.354.351,95
Transferências Recebidas	21.744.212,65	22.590.288,42	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Cap. Fixo	603.165,17	421.098,77
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	11.218.108,76	4.865.918,09	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrim. Aumentativas	484.542,15	409.023,03	Transferências	1.740,00	1.800,00
			Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	5.563.265,16	6.856.026,07
			Contribuições	3.525.245,64	2.744.878,00
			Outras Variações Patrim. Diminutivas	13.893.061,33	14.330.860,53
Total das Variações Patrim. Aumentativas	53.087.064,59	46.589.943,11	Total das Variações Passivas	54.548.009,30	55.561.433,04
RESULTADO PATRIMONIAL				-1.460.944,71	-8.971.489,93

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, cujo resultado patrimonial foi no montante de -R\$ 1.460.944,71 (um milhão quatrocentos e sessenta mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos) que corresponde à diferença entre as VPA de R\$ 53.087.064,59 e VPD de R\$ 54.548.009,30.

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Títulos	Nada a declarar					
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 16

TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos e Consignações	188,73	926.172,76	920.453,47	0,00	5.908,02
Restos a Pagar de 2021	123,85	0,00	0,00	0,00	123,85
Restos a Pagar de 2022	0,00	1.258.112,11	0,00	0,00	1.258.112,11

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do IPREVI de curto prazo estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extras orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as despesas extras orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	SaldoFinal
Restos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Instituto de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2022 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 18

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	2021	2022
Disponível em Caixa e Bancos (A)	R\$ 71.116.410,69	R\$ 84.346.452,13
Passivo Financeiro (B)	R\$ 128.323,71	R\$ 1.264.143,98
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	R\$ 554,20	R\$ 66,72

O índice de pronta liquidez indica que para cada R\$1,00 (um real) de dívida em curto prazo de 2022 o Instituto possui disponível em Caixa e Bancos R\$66,72 (Sessenta e seis reais setenta e dois centavos).

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULO	2021	2022
Ativo Real (A)	R\$ 76.204.494,65	R\$ 89.100.852,54
Passivo Real (B)	R\$ 72.155.781,08	R\$ 87.297.407,60
Índice de Liquidez Real (A/B)	R\$ 1,06	R\$ 1,02

O índice de liquidez real indica que para cada R\$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2022 o Instituto possui R\$ 1,02 (um real e dois centavos) de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata diminuíram em 2022 se comparado com 2021, mas ainda mantêm as contas públicas equilibradas, atendendo o determinado no §1º do art. 1º da LRF.

7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

O Controle Interno conferiu a composição dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2022. Vejamos:

EMPENHO	Nº	CREDOR	RESTOS A PAGAR	VALOR
Estimativo	8 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 323.619,71
Estimativo	10 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 16.039,96
Estimativo	12 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 13.901,45
Estimativo	14 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 112.130,40
Estimativo	16 /15	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 41.711,94
Estimativo	18 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	NÃO PROCESSADO	R\$ 88.956,95
Estimativo	20 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES	NÃO PROCESSADO	R\$ 11.605,09
Estimativo	22 /14	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES	NÃO PROCESSADO	R\$ 8.510,26
Estimativo	24 /15	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES	NÃO PROCESSADO	R\$ 25.960,60
Global	95 /12	J&T CARTUCHOS E INFORMATICA LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 238,50
Global	96 /12	J&T CARTUCHOS E INFORMATICA LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 211,50
Global	328 /2	ASS ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 4.770,00
Global	329 /2	ASS ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 4.230,00
Ordinário	475	ALIANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	NÃO PROCESSADO	R\$ 2.114,70
Ordinário	476	ALIANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	NÃO PROCESSADO	R\$ 1.875,30
SUBTOTAL				R\$ 655.876,36

Estimativo	1	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 9.468,62
Estimativo	2	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 42.701,49
Estimativo	3	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 21.100,30
Estimativo	4	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 28.310,60
Estimativo	5	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	PROCESSADO	R\$ 9.436,76
Estimativo	6	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	PROCESSADO	R\$ 7.833,67
Estimativo	7	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 166.515,87
Estimativo	9	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 3.520,97
Estimativo	11	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 4.448,24
Estimativo	13	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 24.613,99
Estimativo	15	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 156.695,95
Estimativo	17	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 19.527,13
Estimativo	19	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	PROCESSADO	R\$ 2.547,46
Estimativo	21	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	PROCESSADO	R\$ 1.868,11
Estimativo	23	/12	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	PROCESSADO	R\$ 43.530,13
Estimativo	24	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	PROCESSADO	R\$ 53.047,60
Estimativo	25	/14	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	PROCESSADO	R\$ 2.531,48
Estimativo	295	/6	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TE	PROCESSADO	R\$ 80,96
Estimativo	296	/6	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TE	PROCESSADO	R\$ 71,79
Estimativo	338	/2	FERREIRA E ASSIS PRESENTES LTDA	PROCESSADO	R\$ 396,07
Estimativo	339	/2	FERREIRA E ASSIS PRESENTES LTDA	PROCESSADO	R\$ 351,23
Ordinário	471		J&T CARTUCHOS E INFORMATICA LTDA.	PROCESSADO	R\$ 731,40
Ordinário	472		J&T CARTUCHOS E INFORMATICA LTDA.	PROCESSADO	R\$ 648,60
Ordinário	477		INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 1.196,38
Ordinário	478		INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 1.060,95
SUBTOTAL					R\$ 602.235,75
TOTAL RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2022					R\$ 1.258.112,11
Global	176	/3	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Empenhado	R\$ 42,50
Global	177	/3	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Empenhado	R\$ 42,50
Ordinário	339		LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Empenhado	R\$ 19,43
Ordinário	340		LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Empenhado	R\$ 19,42
TOTAL RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					R\$ 123,85
TOTAL GERAL					R\$ 1.258.235,96

8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal

8.1. Despesa com pessoal

[Assinatura]
23
[Assinatura]

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstrou-se no quadro abaixo os gastos com pessoal realizados os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

Quadro 21

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%
Receita Corrente Líquida	R\$ 322.466.197,68	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal - Executivo	R\$ 174.131.746,75	54,00
Despesas com Pessoal	R\$ 22.472.304,84	6,97

A tabela acima demonstra o montante de R\$ 22.472.304,84 com despesas de pessoal que corresponde a 6,97% da Receita Corrente Líquida do Município. Com isso pode ser constatado que o Instituto obedeceu ao limite máximo de 54% com despesas com pessoal não contrariando, portanto, o art. 20, inciso III, "b" da Lei nº 101/2000.

Ressalta-se, entretanto, que R\$ 21.691.165,05 refere-se às despesas com aposentadorias e pensões do Fundo Financeiro empenhadas, liquidadas e pagas com Recursos do Tesouro. Esse procedimento se justifica uma vez o Fundo em questão apresenta déficit financeiro mensal e não possui reservas financeiras, portanto, necessita de transferências para arcar com os pagamentos dos benefícios e R\$ 781.139,79 refere-se às despesas com o pessoal ativo do Instituto.

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 22

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2022		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
Saldo do exercício anterior		
Construção de ...		
Aquisição de ...		
Pagamento de benefícios dos segurados		
NADA A DECLARAR		
Totais		
Saldo para o exercício seguinte		

24
[Handwritten signature]

No exercício financeiro de 2022 não obteve recursos arrecadados por meio de alienação de bens.

10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

- CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado no quadro a seguir:

Quadro 23

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E NAS ENTIDADES MUNICIPAIS – EXERCÍCIO DE 2022			
REGISTRO NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		REGISTRO NAS ENTIDADES	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Ativo Circulante Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	0,00	Passivo Financeiro – Restos a Pagar	0,00
Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	3.007.495,22	Passivo Financeiro – Depósitos	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	0,00	Passivo Permanente – Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	0,00	Passivo Permanente – Dívida Fundada Interna – Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência	0,00

O montante apresentado acima de R\$ 3.007.495,22 refere-se às contribuições previdenciárias do exercício de 2022 que ficaram para serem repassadas no exercício de 2023, sendo R\$ 2.673.013,82 valores devido da Prefeitura Municipal de Viçosa; R\$ 297.672,10 valores devidos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; R\$ 23.534,99 valores devidos do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor; e R\$ 13.274,31 valores devidos da Câmara Municipal de Viçosa.

Ressalta-se que o valor mencionado acima corresponde às contribuições do servidor ativo no montante de R\$ 1.169.214,50 e às contribuições patronais, incluída à alíquota suplementar, somam R\$ 1.838.280,72.

25
[Assinatura]

11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.

Quadro 24

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS					
DESCRIÇÃO DA RECEITA	METAS DE ARRECADAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
		FF	FP	TOTAL	%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL	R\$ 6.000.000,00	R\$ 2.757.460,54	R\$ 3.608.574,55	R\$ 6.366.035,09	106,10%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL	R\$ 230.000,00	R\$ 206.352,41	R\$ 0,00	R\$ 206.352,41	89,72%
CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	R\$ 10.000,00	R\$ 4.146,84	R\$ 0,00	R\$ 4.146,84	41,47%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR	R\$ 20.000,00	R\$ 12.151,55	R\$ 11.315,62	R\$ 23.467,17	117,34%
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS	R\$ 35.000,00	R\$ 41.335,25	R\$ 34.227,62	R\$ 75.562,87	215,89%
INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVO	-	-	R\$ 66.408,40	R\$ 66.408,40	-
OUTRAS RESTITUIÇÕES	R\$ 50.000,00	R\$ 13.778,08	R\$ 213,57	R\$ 13.991,65	27,98%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	R\$ 1.885.000,00	R\$ 457.513,35	R\$ 13.037,15	R\$ 470.550,50	24,96%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV. ATIVO CIVIL	R\$ 9.440.000,00	R\$ 4.337.454,66	R\$ 5.603.246,60	R\$ 9.940.701,26	105,30%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - PATRONAL	R\$ 40.000,00	R\$ 8.549,20	R\$ 17.045,44	R\$ 25.594,64	63,99%
TOTAL	R\$ 17.840.000,00	R\$ 7.838.741,88	R\$ 9.354.068,95	R\$ 17.192.810,83	96,37%
%	100,00%	45,59%	54,41%	100,00%	

A receita prevista para o exercício de 2022 foi no montante de R\$ 17.840.000,00 e foi efetivamente realizado o valor de R\$ 17.192.810,23 que corresponde a 96,37%, sendo que R\$ 7.838.741,88 vinculadas ao Fundo Financeiro e R\$ 9.354.068,95 vinculadas ao Fundo Previdenciário.

12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuário.

Quadro 25

INFORMAÇÕES SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL
DATA FOCAL DOS DADOS: 30 de novembro de 2021
DATA BASE DOS DADOS: 22 de fevereiro de 2022
NOME DO ATUÁRIO: Raphael Karol Cunha da Silva
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 1.453 – CPF: 058.674.496-70
NOME DO ATUÁRIO: Carlos Spinola Ribeiro
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 12.080 – CPF: 060.917.386-31

luis
26
m!

13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

Quadro 26

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – EXERCÍCIO DE 2022	
NOME DA ENTIDADE DEVEDORA:	
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR NOMINAL)	R\$0,00
ÍNDICE UTILIZADO PARA CORREÇÃO DO CRÉDITO	R\$0,00
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR CORRIGIDO)	R\$0,00
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	R\$0,00
PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE CADA PARCELA	MENSAL
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Não ocorreu, no exercício de 2022, renegociação de dívida de natureza previdenciária.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

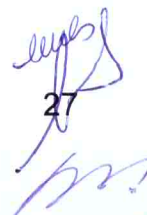
Quadro 27

AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO-EXERCÍCIO DE 2022					
PROCESSO	Nº	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE COMUNICAÇÃO AO TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
SINDICÂNCIAS		Nada a declarar.			
INQUÉRITOS		Nada a declarar.			
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS		Nada a declarar			

Não ocorreu, no exercício de 2022 danos causados ao erário.

15. Atendimento aos artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS nº 402/2008.

As contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente são utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do Instituto não sendo utilizados tais recursos para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie, conforme determina o art. 14 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social.



No Município de Viçosa existe apenas um Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos e uma unidade gestora do respectivo regime, conforme determina o art. 10 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

Não foi celebrado nenhum convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre o Município e o Estado, conforme determina o art. 24 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da Instrução Normativa nº 09/2008.

A base de dados dos contribuintes e segurados ativos são atualizados através de importação de arquivos enviados pelos patrocinadores e armazenados em Sistema de Gerenciamento de Dados na sede do Instituto, e são gerenciados pelas cópias impressas das folhas de pagamento arquivadas no Instituto. E os dados dos inativos e pensionistas são atualizados através de recadastramento periódicos com prazo não superior a cinco anos.

No exercício de 2022 foram realizados pagamentos referentes às despesas a título de obrigações patronais para o Instituto Nacional do Seguro Social no valor de R\$ 30.451,33 (trinta mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos) referentes aos servidores contratados do Instituto e prestadores de serviços pessoa física; para o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Público de Viçosa no valor de R\$ 74.362,69 (setenta e quatro mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos) referente as obrigações patronais dos servidores vinculados ao Instituto; e R\$ 15.904,18 (quinze mil novecentos e quatro reais e dezoito centavos) obrigações patronais dos servidores vinculados ao Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.

Os percentuais de contribuição se processaram da seguinte forma:

- ativos 14%, aposentados 14% e pensionistas 14%.

A alíquota de contribuição dos servidores ativos incide sobre a base de contribuição. Os aposentados e pensionistas contribuem sobre a parcela que excede o teto do RGPS que no exercício de 2022 é R\$ 7.507,49.

18. Informação do valor resultado atuarial

De acordo com a Avaliação Atuarial de 2022 o Fundo Previdenciário apresentou resultado superavitário no valor de R\$ 20.714.244,95. Os exercícios de 2021 e 2020 apresentaram superávit nos montantes de R\$ 23.495.729,37 e R\$ 4.975.417,06, respectivamente. Ressalta-se que o Fundo encontra-se equilibrado financeiramente e atuarialmente.

O Fundo Financeiro teve um resultado deficitário de R\$ 799.164.715,48, portanto, encontra-se com insuficiência financeira, na qual existe a necessidade de transferências financeiras mensais para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários deste Fundo, conforme demonstrado no próximo item.

19. Informação dos valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial do Fundo Financeiro

Quadro 28

COMPETÊNCIA	PMV	SAAE	CÂMARA	TOTAL
JANEIRO	R\$ 698.427,91	R\$ 140.094,04	R\$ 9.663,83	R\$ 848.185,78
FEVEREIRO	R\$ 1.549.890,80	R\$ 208.556,93	R\$ 20.114,11	R\$ 1.778.561,84
MARÇO	R\$ 1.556.734,39	R\$ 205.810,24	R\$ 19.709,78	R\$ 1.782.254,41
ABRIL	R\$ 1.678.590,14	R\$ 219.956,52	R\$ 19.919,39	R\$ 1.918.466,05
MAIO	R\$ 1.576.897,96	R\$ 207.254,75	R\$ 19.889,41	R\$ 1.804.042,12
JUNHO	R\$ 1.594.680,70	R\$ 209.367,87	R\$ 19.876,25	R\$ 1.823.924,82
1ª PARCELA 13º	R\$ 997.622,91	R\$ 138.900,48	R\$ 14.785,92	R\$ 1.151.309,31
JULHO	R\$ 1.548.195,28	R\$ 202.715,17	R\$ 19.116,79	R\$ 1.770.027,24
AGOSTO	R\$ 1.810.993,69	R\$ 209.609,17	R\$ 19.900,39	R\$ 2.040.503,25
SETEMBRO	R\$ 1.628.578,10	R\$ 209.522,88	R\$ 19.900,39	R\$ 1.858.001,37
OUTUBRO	R\$ 1.652.840,35	R\$ 208.959,62	R\$ 19.900,39	R\$ 1.881.700,36
NOVEMBRO	R\$ 1.657.565,63	R\$ 203.318,03	R\$ 19.875,79	R\$ 1.880.759,45
2ª PARCELA 13º	R\$ 1.035.982,99	R\$ 135.431,48	R\$ 14.785,91	R\$ 1.186.200,38
DEZEMBRO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.276,27	R\$ 20.276,27
SUBTOTAL	R\$ 18.987.000,85	R\$ 2.499.497,18	R\$ 257.714,62	R\$ 21.744.212,65
DEZEMBRO PAGO EM JANEIRO	R\$ 1.685.840,85	R\$ 212.648,77	R\$ 0,00	R\$ 1.898.489,62
TOTAL	R\$ 20.672.841,70	R\$ 2.712.145,95	R\$ 257.714,62	R\$ 23.642.702,27

O Fundo Financeiro do IPREVI apresenta, desde julho de 2015, insuficiências financeiras, ou seja, as receitas arrecadadas mensalmente são inferiores às despesas com benefícios. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV, a Câmara Municipal de Viçosa - CMV, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e o Instituto Municipal de Assistência ao Servidor - IMAS efetuaram, no exercício de 2022 transferências financeiras para cobertura do déficit do Fundo, correspondente à diferença entre as receitas e despesas realizadas a cada mês, cujo montante anual foi correspondente a R\$ 23.642.702, sendo que

R\$ 21.744.212,65 foi repassado no próprio exercício e R\$ 1.898.489,62 ficou para ser transferido no início de 2023.

O Instituto de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentaram déficit financeiro, portanto, não participaram da transferência financeira para cobertura da insuficiência.

20. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 09/2008 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este Controle Interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos do Instituto com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial, financeira e atuarial do Instituto em 31 de dezembro de 2022 referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Viçosa, 17 de março de 2023.


Cássia Maria Lopes Salgado
CPF: 332.946.586.72


Sebastião Adilson Franco
CPF: 805.040.946-53


Dênio José Viana
CPF: 423.584.426-15